



número 108 - Julio 2006

O TEMA CENTRAL DESTE NÚMERO: A REVISÃO DA CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES DO FSC

Desde outubro de 2004, o FSC tem estado levando a cabo uma revisão da certificação de plantações cujos resultados ainda não são claros. O WRM tem apresentado consistentemente sua preocupação sobre os impactos sociais e ambientais das plantações certificadas, apontando que a certificação estava prejudicando as lutas dos povos locais e empoderando as companhias de plantação. O resultado da atual revisão é portanto muito importante, tanto para a credibilidade do FSC quanto para os povos locais que se opõem às monoculturas de árvores em grande escala. Esperamos que a informação e a análise providenciadas neste boletim sejam contribuições úteis para o debate, dentro e fora do FSC.

NOSSA OPINIÃO

- Processo de revisão da certificação de plantações: o futuro do FSC está em jogo

CONTRIBUIÇÕES COM O PROCESSO DE REVISÃO

- Revisão de plantações do FSC: aumento de nível ou diminuição de padrões?
- A podridão no caroço da maçã do FSC: interesses criados e a chamada 'certificação independente'
- Brasil: pedido de explicações ao FSC, Imaflora/ Smartwood e Aracruz
- Plantações certificadas no Uruguai: o FSC realmente pode garantir tranquilidade de espírito aos consumidores?
- O poder dos grupos empresariais. O caso do FSC local do Equador

PESQUISAS SOBRE PLANTAÇÕES CERTIFICADAS

- África do Sul: pesquisa considera plantações de árvores certificadas pelo FSC como herança do apartheid
- Brasil: a certificação das plantações da V&M e da Plantar
- Equador: benefício zero para as comunidades pelas plantações certificadas do FACE PROFAFOR
- Suazilândia: impactos das plantações da Mondi Peak certificadas pelo FSC
- Uruguai: quatro empresas que não deveriam estar certificadas

MAIS QUESTIONAMENTOS DE PLANTAÇÕES CERTIFICADAS

- Austrália: plantações de monoculturas certificadas são questionadas pela aspersão aérea e a perda de biodiversidade
- Colômbia: a incrível e triste certificação das plantações da Smurfit
- Equador: a plantação certificada Rio Pitzara da Endesa- Botrosa
- Espanha: grupos espanhóis se retiram do FSC
- Irlanda: plantações da Coillte certificadas pelo FSC sob questionamento
- Venezuela: certificação da Smartwood a plantações de empresa chilena em debate

NOSSA OPINIÃO

- Processo de revisão da certificação de plantações: o futuro do FSC está em jogo

Em matéria de certificação de plantações o FSC tem chegado a uma encruzilhada, na que está em jogo nada menos que sua credibilidade. O processo de revisão da certificação de plantações já está bastante avançado e em setembro do presente ano o Grupo de Trabalho estabelecido com esses fins vai apresentar suas recomendações.

Nesse sentido, é interessante salientar que há vários aspectos preocupantes nesse processo. De um lado, desde seu começo, o FSC tem continuado certificando grandes extensões de plantações. Em 2002, quando a Assembléia decidiu iniciar o processo, havia 3,3 milhões de hectares certificados. Em 2004, quando finalmente foi implementado o processo de revisão, tinha aumentado para 4,9 milhões e hoje tem atingido 7,4 milhões de hectares. Apesar de que o WRM e outras organizações têm solicitado formalmente uma moratória à certificação de plantações até a finalização do processo de revisão (vide <http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/moratoria.html>), o pedido não foi aceito.

Mais preocupante ainda é o fato de que está falando-se em eliminar totalmente o Princípio 10 (que se refere expressamente a plantações). Por muitos anos temos estado apontando as graves deficiências desse princípio -que permite certificar praticamente qualquer plantação- visando a sua melhoria substancial (vide <http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/principio10.html>). Fazer de conta -como se faz atualmente- que eliminá-lo seria a solução resulta insólito. De outro lado, isso levaria a uma maior confusão de conceito, já que definitivamente o FSC passaria a considerar florestas e plantações como sinônimos.

Cabe também apontar que no atual processo de revisão não está sendo analisado um assunto muito importante: o dos interesses criados das empresas certificadoras, cujos lucros dependem mais do número de hectares certificados que da qualidade da certificação que levam a cabo (vide artigo “A podridão no caroço da maçã do FSC: interesses criados e a chamada ‘certificação independente’”).

Como evidência do que antecede resulta ilustrativa a reação do FSC e das empresas certificadoras em virtude da publicação de uma pesquisa do WRM sobre quatro plantações certificadas no Uruguai (vide <http://www.wrm.org.uy/paises/Uruguay/libro.html>). A resposta da Smartwood não apenas distorce a realidade, mas também não responde às críticas realizadas no relatório (vide http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/fymnsa_clarifications.pdf). A outra empresa envolvida (a SGS) elabora uma resposta, que entrega ao FSC, mas não a faz pública. Com base na resposta das partes envolvidas na denúncia e sem contactar nem o WRM nem o autor do estudo, nem iniciar uma investigação interna, o Diretor do FSC Internacional, Heiko Liedeker rejeita publicamente o relatório em uma declaração denominada “O FSC garante tranquilidade de espírito aos consumidores” (*FSC guarantees peace of mind to consumers*). Como autores do relatório, podemos garantir-lhes que nenhuma dessas plantações deveria estar certificada.

Também resulta preocupante a tentativa de re-interpretar critérios existentes -que de fato não são cumpridos- como forma de adequar os critérios às plantações e não as plantações aos critérios (vide comentário sobre o critério 6.3 no artigo “Revisão de plantações do FSC: aumento de nível ou diminuição de padrões?”). De fato, se o cumprimento estrito de todos os princípios e critérios do FSC fosse uma exigência para a certificação de plantações, nenhuma monocultura de árvores em grande escala poderia receber o selo do FSC. No entanto, graças à “flexibilidade” das certificadoras, conseguem obtê-lo na maioria dos casos.

De outro lado, nem o FSC nem o Grupo de Trabalho parecem considerar seriamente a evidência documentada sobre o impacto das plantações em geral e das certificadas em particular. No entanto, é abundante a evidência que mostra o impacto acumulado das plantações, em particular sobre flora, fauna, água e sociedade, que mostra a necessidade de levar em conta o impacto conjunto de todas as plantações em uma região e não apenas de uma em particular.

Logicamente que não somos nós os que devemos dizer ao Grupo de Trabalho o que fazer. Mas sim podemos pedir-lhe que o resultado de seu trabalho sirva para assegurar o cumprimento do mandato expresso do FSC em relação a que todas as operações certificadas (sejam florestas ou plantações), sejam “socialmente benéficas, ambientalmente adequadas e economicamente viáveis”. Como muitas das plantações atualmente certificadas não cumprem com um, dois ou todos esses três elementos, corresponderia que suas recomendações incluíssem:

- a imediata revogação das certificações das plantações mais questionadas, cujos impactos sociais e ambientais tenham sido suficientemente documentados
- o início imediato de uma pesquisa independente a respeito de todas as outras plantações questionadas
- a implementação de uma moratória a novas certificações de grandes plantações até que seja estudado seriamente se esse tipo de monoculturas em grande escala pode ou não cumprir com os três elementos do mandato do FSC.

É bem conhecida a posição do WRM quanto à certificação de plantações pelo FSC e nossa oposição à expansão de monoculturas de árvores em geral. Mas o que é importante para nós no atual processo de revisão é que sejam introduzidas mudanças profundas que evitem que -sem querer- o FSC continue debilitando as lutas locais contra empresas que têm um impacto sobre o meio ambiente e os meios de vida das comunidades locais. Não estamos preocupados com as definições mas com as pessoas e seu meio ambiente.

Se deste processo não resultarem exigências bem maiores para certificar plantações, então terá sido inútil. Seria uma derrota para o próprio FSC, já que aceleraria a perda de apoio em nível das organizações sociais e ambientais que lhe asseguram sua credibilidade. No caso da Espanha onde há organizações fazendo campanha para convencer às outras a retirar-se do FSC (vide artigo infra) deveria ser considerado seriamente.

Em definitiva, o Grupo de Trabalho tem neste momento uma enorme responsabilidade. Pode optar por “mudar alguma coisa para que nada mude” ou introduzir mudanças profundas na política em vigor até agora. Da opção que escolher dependerá a futura credibilidade da organização.

início

- Revisão de plantações do FSC: aumento de nível ou diminuição de padrões?

Em novembro de 2002, a Assembléia Geral do Conselho de Manejo Florestal (FSC) aprovou uma moção que exigia que o FSC revisasse sua política de plantações. Na época, uma área de 3,3 milhões de hectares de plantações tinha sido certificada como bem manejada de acordo com o sistema do FSC.

Quase dois anos depois, o FSC lançou uma Revisão de Plantações em uma reunião em Bonn, Alemanha. Nessa época, a área das plantações certificadas pelo FSC tinha aumentado para 4,9 milhões de hectares.

A Revisão de Plantações consiste em duas fases: a Fase de Políticas e a Fase Técnica. A Fase de Políticas está atualmente chegando a seu fim. Em sua quarta reunião em abril de 2006, o Grupo de Trabalho sobre Políticas produziu um conjunto de “Recomendações Preliminares”. A área de plantações certificadas pelo FSC tem atingido agora 7,4 milhões de hectares.

Desde novembro de 2002 e a moção da Assembléia Geral, o FSC tem certificado mais 4,1 milhões de hectares. Fez isso usando uma política preliminar de plantações que “não é suficientemente clara e precisa melhorias”, de acordo com a moção aprovada pelos membros do FSC.

Em sua quarta reunião o Grupo de Trabalho sobre Políticas produziu uma visão do que gostaria que o FSC atingisse

nos próximos dez anos. O Grupo de Trabalho descreve essa visão como um “aumento de nível” o que implica que em decorrência do processo de Revisão de Plantações os padrões do FSC serão melhorados. Mas a visão e as recomendações do Grupo de Trabalho sugerem que pouco vai mudar para os povos locais atingidos pelas plantações de árvores industriais.

O Grupo de Trabalho sugere que o FSC deveria introduzir um “Sistema de Manejo Social” para uso dos administradores de florestas e plantações “para abordar assuntos sociais no manejo de florestas e plantações, que os organismos de certificação possam depois auditar”. Essa proposta omite o fato de que as comunidades locais estão às vezes em oposição direta aos administradores de plantações. Em alguns casos, pode ser extremamente perigoso que falem contra as companhias de plantação. Sugerir que os administradores de plantações simplesmente necessitam remeter-se a um sistema de Manejo Social é ridículo.

De acordo com o Grupo de Trabalho, os administradores de plantações deverão ser responsáveis pela “consulta”. Os Organismos Certificadores do FSC devem ser capazes supostamente de “determinar se o consentimento tem sido ‘fabricado’” e se “a pesquisa do administrador na comunidade local tem identificado todas as partes atingidas”. Mas os administradores de plantações têm pouco interesse em dar a conhecer os problemas com suas operações de plantação. Enquanto isso, determinar se todas as partes atingidas têm sido identificadas e se o consentimento tem sido fabricado exigiria meses e anos de estudo -com certeza mais tempo que os poucos dias que os Organismos de Certificação do FSC utilizam na avaliação das operações de plantação.

Atualmente, se um administrador de plantações tem cortado florestas para estabelecer plantações após novembro de 1994, essa operação não pode ser certificada de acordo com o FSC. Há problemas com isso, já que, por exemplo, não exclui a certificação de plantações estabelecidas após 1994 em pradarias. Aumentar o nível poderia incluir, por exemplo, proibir a conversão de pradarias e outros ecossistemas para plantações.

O Grupo de Trabalho sugere outra revisão a respeito da conversão, que considere outros ecossistemas. No entanto, o Grupo de Trabalho sugere que a revisão deveria reconsiderar a data limite de 1994, em parte pelo fato de que o sistema atual “pode excluir administradores responsáveis que nunca tinham ouvido falar do FSC em 1994 e converteram florestas naturais para plantações de boa fé, mas que agora estão fora do processo de certificação.”

Na reunião de 2004 para lançar a Revisão de Plantações do FSC, uma das pessoas que questionaram a data limite de 1994 foi Arian Ardie, diretor para sustentabilidade da Asia Pulp and Paper. Obviamente a APP está interessada em mudar essa data limite. Durante os passados cinco anos a APP tem sido responsável pelo corte de aproximadamente 450.000 hectares de florestas para alimentar sua fábrica de pasta de celulose Indah Kiat em Riau, de acordo com Nazir Foead de WWF Indonésia. Mas no estranho mundo do FSC, a APP é uma parte interessada, cujos pontos de vista devem ser levados em conta.

Em julho de 2002, Tim Synnott, o Diretor de Políticas do FSC da época escreveu: “Os P&C [Princípios e Critérios] e diretrizes do FSC nem sempre são claros ou precisos, o que leva a interpretações diferentes e contraditórias por avaliadores, administradores e membros do FSC”. Quatro anos depois, o Grupo de Trabalho não tem esclarecido a situação. Pelo contrário, no relatório de sua quarta reunião o Grupo estabelece que “a falta de confiança na certificação das plantações do FSC não se deve à estrutura nem ao conteúdo dos P&C”. O Grupo de Trabalho sugere deixar quaisquer mudanças aos Princípios e Critérios para um processo de revisão separado.

O Critério 6.3 do FSC estabelece que: “Os valores e as funções ecológicas vitais devem ser mantidos intactos, aumentados, ou restaurados, incluindo: a) A regeneração e a sucessão natural da floresta. b) A diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema. c) Os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal.” Esse Critério deveria excluir todas as plantações de árvores industriais da certificação do FSC.

Mas em vez de recomendar que os Organismos de Certificação do FSC apliquem esse Critério rigorosamente, como

está no papel, o Grupo de Trabalho propõe que deveria ser interpretado da seguinte forma: “Uma plantação certificada pelo FSC adotará um enfoque ativo para otimizar sua estratégia de conservação.” Isso equivale a um sério debilitamento do Critério.

Em sua visão para o FSC, o Grupo de Trabalho espera ver uma “demanda significativa de produtos florestais certificados” em dez anos. No contexto de uma Revisão de Plantações, essa é uma declaração extraordinária. Muitas plantações de árvores industriais fornecem matéria-prima para a indústria da celulose e do papel. O Grupo de Trabalho espera portanto uma “demanda significativa” de produtos de papel. Isso prejudica tanto as lutas locais contra as plantações de árvores industriais quanto as campanhas das ONG no Norte, destinadas a reduzir o consumo de papel.

Em vez de excluir as plantações de árvores industriais do sistema do FSC, o Grupo de Trabalho está facilitando a certificação dessas plantações. O Grupo de Trabalho não está aumentando o nível, está diminuindo os padrões. De fato deve fazê-lo, se o FSC quiser ter a possibilidade de satisfazer a “demanda significativa de produtos certificados” esperada na visão do Grupo de Trabalho sobre Políticas para o FSC.

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de

==

O FSC convida a apresentar comentários sobre as “Recomendações Preliminares” do Grupo de Trabalho sobre Políticas: http://www.fsc.org/plantations/public_consultation.

inícic

- A podridão no caroço da maçã do FSC: interesses criados e a chamada ‘certificação independente’

Como um de seus membros Fundadores sou pelo menos responsável em parte por ter permitido que uma falha fatal se desenvolvesse no sistema do FSC quando foi estabelecido: isto é, os chamados organismos de certificação ‘independente’ que estão credenciados no FSC, de fato não são independentes. Tendo sido um observador próximo do FSC desde que foi estabelecido, agora acho que nessa falha subjaz grande parte de que subsequente deu errado -e pelo que agora testemunhamos a emissão totalmente injustificável de tantos certificados a companhias madeireiras e de plantação que não cumprem com a maioria dos Princípios e Critérios (P&C) do FSC.

O problema é que, atualmente, os contratos para as avaliações de certificação são ajustados diretamente entre as companhias madeireiras e de plantação e as certificadoras credenciadas do FSC. Por causa disso -e especialmente porque a outorga de um certificado vai garantir futuros lucros para as certificadoras, provindos das visitas de monitorização e reavaliações- as certificadoras têm um forte incentivo financeiro para outorgar certificados, ainda quando a companhia madeireira/de plantação não cumpra com os P&C do FSC.

Outra consequência é que as certificadoras estão efetivamente concorrendo entre elas para mostrar às ‘companhias a serem certificadas’ que são as que têm mais chances de outorgar um certificado -e a forma na que fazem isso é baixando seus padrões de avaliação, ‘fazendo vista grossa’ a problemas importantes que possam achar ou adotando uma visão ‘amável’ com a companhia madeireira ou de plantação que está sendo avaliada. Efetivamente, as certificadoras credenciadas estão em uma ‘corrida comercial até o padrão mínimo’ em termos da rigorosidade de suas avaliações. Isso serve para prejudicar totalmente a integridade do sistema do FSC.

A evidência disso é abundante. Por exemplo, há quatro anos, Rainforest Foundation obteve documentação interna de uma das certificadoras credenciadas que evidenciava que tinha ignorado propositadamente as exigências de toda a comunidade de ONG ambientais e sociais na Indonésia -que pediam uma moratória total à certificação- para atingir seus próprios “interesses econômicos estratégicos”. Isso envolvia, entre outras coisas, a emissão de certificados

lucrativos do FSC a pelo menos uma companhia que evidentemente descumpria gravemente os P&C (e que, depois de uma demorada campanha, tiveram que ser retirados).

Em outros casos, os sistemas de avaliação interna das certificadoras parecem ter sido manipulados para garantir que a companhia madeireira/de plantação sendo inspecionada atingisse apenas a 'nota mínima' necessária para receber o certificado. Em outros casos ainda, os supostamente independentes 'conselhos de certificação' cujo objetivo é supervisionar as decisões de cada uma das certificadoras credenciadas, têm ignorado descaradamente as reais constatações dos avaliadores ou quaisquer recomendações adversas e no entanto recomendaram que se outorgasse o certificado -promovendo desse jeito os interesses econômicos da companhia certificadora para a que eles trabalham na realidade.

Através desses procedimentos de monitorização e credenciamento, o FSC deveria estar lidando com esses problemas. No entanto, na prática, não pode fazê-lo e não o faz. O contrato legalmente obrigatório do FSC com as certificadoras proíbe que o FSC faça qualquer coisa que possa 'prejudicar os interesses econômicos' das certificadoras. Além disso, algumas das certificadoras do grupo 'Big 4' (as quatro maiores) (a SGS, a SCS, a SmartWood e a Soil Association Woodmark) têm simplesmente ameaçado com deixar o FSC se ele for estrito demais na aplicação das regras. Consciente sem dúvidas de como isso seria considerado por seus concorrentes e fundadores, o FSC tem portanto sido intimidado e tem ficado totalmente submetido- com o resultado de que continua permitindo a emissão de certificados totalmente inconvenientes no mundo inteiro, incluindo o Brasil, Camarões, Equador, Indonésia, Irlanda, Eslováquia, África do Sul, EUA...

Mais uma consequência da atual estrutura é que a vasta maioria do 'fluxo de rendas' das certificações é captada pelas certificadoras, enquanto o próprio FSC está permanentemente em falta de dinheiro e dependente de doadores, os que por sua vez têm suas próprias agendas para a organização.

Logicamente, o benefício do retrospecto é uma coisa maravilhosa. Mas parece claro que esse problema de conflitos de interesses no coração do FSC deve ser abordado para avançar na realização do trabalho do FSC para os objetivos que a maioria dos leitores deste boletim compartilham. Por exemplo, a gente deve questionar o valor de fazer um grande esforço no processo de Revisão das Plantações, quando, apesar de que o P10 seja melhorado radicalmente, as certificadoras estariam autorizadas para continuar ignorando-o, de qualquer jeito.

O vínculo financeiro direto entre as certificadoras e as companhias madeireiras/de plantação deve ser quebrado. Uma forma de fazer isso seria que as companhias madeireiras/de plantação tenham que contratar diretamente com a Secretaria do FSC para as avaliações de certificação. Os contratos de empreitada para levar a cabo as avaliações (e subsequente monitorização) seriam outorgados pelo FSC às certificadoras com base em concorrências, sendo a certificadora que ofereça os maiores padrões de avaliação com o melhor preço, a que ganhe o contrato para uma determinada avaliação. Portanto a atual 'corrida até o padrão mínimo' se transformaria em uma 'corrida até o padrão máximo'. As certificadoras poderiam ser obrigadas a incluir, por exemplo, uma determinada percentagem de certificações de florestas comunitárias em seu 'portfólio' total para ser elegíveis para apresentar ofertas para a certificação das operações florestais industriais maiores e mais lucrativas.

A Diretoria do FSC seria responsável de encarregar uma avaliação independente de uma amostra aleatória de certificações todo ano para assegurar-se que as certificadoras estão cumprindo seus contratos -e as que não o façam seriam penalizadas ou seus pagamentos contratuais seriam retidos. A Secretaria do FSC cobraria por seus serviços, garantindo desse jeito um fluxo de renda constante e reduzindo sua dependência dos financiadores externos.

Logicamente, as certificadoras vão resistir-se fortemente a essas mudanças -já que as obrigaria a aumentar a rigorosidade de suas avaliações. Mas a escolha parece ser simples: ou o domínio total das certificadoras no FSC se quebra ou o FSC continuará deslizando-se até o colapso total de sua credibilidade.

Por Simon Counsell, Rainforest Foundation. Nota: o autor coloca à disposição um relatório e proposta mais detalhados sobre este assunto, sob pedido no email: simonc@rainforestuk.com.

início

- Brasil: pedido de explicações ao FSC, Imaflora/ Smartwood e Aracruz

Em 1º de junho de 2006, o Seminário sobre “Os Direitos dos Povos Indígenas e o Avanço do Agronegócio: problemas e desafios” teve lugar na cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil. O Seminário reuniu as comunidades Tupinikim e Guarani e também outras comunidades afetadas pelas plantações de monoculturas em grande escala, junto a vários setores da sociedade civil no Estado do Espírito Santo, a fim de refletirem minuciosamente sobre o assunto.

Eles discutiram a total falta de idoneidade do atual modelo de desenvolvimento que continua com a expansão ao longo das áreas rurais do Brasil de plantações de monoculturas em grande escala, tais como eucalipto, pinheiro, soja e cana-de-açúcar. A reforma desse modelo é urgente- eles sustentaram- começando com o financiamento de atividades produtivas sobre bases completamente diferentes, dando prioridade à vida, à diversidade e aos povos e comunidades afetados pelas plantações de monoculturas em grande escala, especialmente considerando as mulheres que são as mais abaladas por estes impactos.

No encontro, foi salientado o caso da Aracruz Celulose que tentou conseguir o certificado FSC em 1999 para suas plantações de eucaliptos no estado da Bahia. Naquele momento, uma forte e maciça mobilização de organizações, comunidades, movimentos e cidadãos impediram que a Aracruz conseguisse o certificado. A companhia, então “comprou” esse certificado, em 2003 ao adquirir cerca de 40.000 hectares da companhia Riocell no estado do Rio Grande do Sul que teve suas plantações certificadas pelo FSC em 2001. Porém, a ação dos povos Tupinikim e Guarani junto ao Secretariado Internacional do FSC levou a companhia a anunciar que eles mesmos tinham “pedido o cancelamento do certificado FSC”.

Mesmo assim, a Aracruz não foi punida e as comunidades locais se perguntam como foi possível que durante três anos a companhia conseguisse se manter na região onde regia um certificado que exige respeito pelos direitos dos povos indígenas e seus territórios enquanto em outra região em que operava, violava os mesmos direitos.

Agora, eles exigem “uma explicação imprescindível sobre o que aconteceu às partes envolvidas:

1- FSC. Por que o FSC permitiu que a Aracruz mantivesse o certificado FSC desde 2003 enquanto estava ocupando territórios indígenas? Por que o FSC não agiu depois de as comunidades indígenas terem feito a auto- demarcação de seus territórios em maio de 2005, e depois de terem sido violentamente despejados de duas vilas em janeiro de 2006, quando a Casa de Hóspedes da Aracruz era usada como Sede da Polícia Federal e como uma delegacia de polícia onde dois indígenas ficaram presos durante várias horas? O FSC acredita que tal companhia merece esse certificado sequer por um dia?

2- Aracruz Celulose. Se a companhia divulga as notícias de que nunca houve indígenas em suas terras, se o afirma com tal convencimento que compra legalmente terras no Espírito Santo, inclusive aquelas que são indígenas, por que a companhia decidiu desistir do certificado FSC?

3- Imaflora/Smartwood. Por que a Imaflora/ Smartwood não estudou a Aracruz Celulose quando a companhia comprou a Riocell? Por que permitiu que a Aracruz mantivesse o certificado durante cerca de três anos enquanto ocupava territórios indígenas no Espírito Santo, mesmo que houvesse muita informação pública a respeito do assunto na Internet?

Nós esperamos explicações públicas dos três atores envolvidos nesta questão. E esperamos que no futuro o FSC já não conceda permissão para a certificação de unidades de manejo florestal de companhias que descumprem os direitos humanos e/ou coloque em perigo as comunidades locais, sejam elas indígenas, quilombolas, de pescadores ou de camponeses. Chegou a hora de o FSC promover um bom manejo florestal diversificado com benefícios para todos. Com essa finalidade, o FSC tem uma excelente oportunidade ao seu dispor com o atual processo de revisão internacional sobre a certificação de plantações de árvores”

Excertos da carta aberta “The harshness of capital against life --but Aracruz Celulose lost the FSC-certificate!”, publicado pelo Alert Against The Green Desert Movement”, em 4 de julho de 2006 (em http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/Open_Letter_Aracruz.html). Para maiores informações sobre o Processo de Revisão do FSC no Brasil, “Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores” (em português, em http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta_Revisao_FSC.pdf)

início

- Plantações certificadas no Uruguai: o FSC realmente pode garantir tranquilidade de espírito aos consumidores?

Em março de 2006, o WRM divulgou a publicação “Fachada verde: Análise crítica da certificação FSC das monoculturas industriais no Uruguai” (vide em <http://www.wrm.org.uy/countries/Uruguay/book.html>). A pesquisa abordou as quatro principais companhias com plantações certificadas e incluiu uma pormenorizada crítica dos relatórios das certificadoras, complementada com entrevistas a trabalhadores e pessoas das comunidades locais nas vizinhanças da área das plantações. O estudo concluiu que nenhuma dessas plantações cumpria com o objetivo do FSC por elas não serem manejadas de uma forma “ambientalmente apropriada, socialmente benéfica ou economicamente viável”.

As duas companhias certificadoras envolvidas (a SGS e a Smartwood) reagiram ao relatório encaminhando suas respostas ao FSC. Com base nessa “evidência”, o FSC espalhou uma declaração intitulada “O FSC garante tranquilidade de espírito aos consumidores” (vide http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/Peace_mind.pdf). O Diretor do FSC Internacional, Heiki Liedeker é citado como quem afirma que “Ao ler os relatórios dos órgãos certificadores é óbvio que alguma informação na pesquisa do WRM estava baseada em mal- entendidos ou em alguns casos, foi apresentada fora de contexto” e conclui prometendo que “Os consumidores podem contar com o sistema do FSC como uma garantia para o bom manejo florestal”.

Sinceramente, nós acreditamos que ao agir desse jeito, o FSC está perdendo uma boa oportunidade para mudar, em particular no contexto da atual revisão da certificação de plantações em que a organização está trabalhando. O estudo do WRM não está, de jeito nenhum, “embasado em mal- entendidos” ou apresentando qualquer informação “fora de contexto”. Está embasado em acontecimentos.

Infelizmente, mesmo querendo, não podemos comentar sobre a resposta da SGS, pelo simples fato de o documento por eles apresentado ao FSC não estar disponível ao grande público. Podemos, no entanto, comentar sobre o documento da Smartwood (disponível em http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/fymnsa_clarifications.pdf), que afirma que “As conclusões do estudo do WRM relativas à interação das partes interessadas não concordam com os registros ou informações da SW em numerosos itens.” A esse respeito, a Smartwood fornece a informação a seguir:

“O relatório do WRM afirma que o líder de um sindicato local (José Bautista) manifestou à SW, seu ponto de vista sobre a certificação da FYMNSA e o SW o ignorou (“lo que dije a SmartWood sobre la certificación de FYMNSA no lo tuvieron en cuenta para nada” y que “luego que vino SmartWood a los pocos días había un gran cartel de la certificadora en las oficinas de la empresa”). [“tudo o que eu disse à SmartWood a respeito da certificação da FYMNSA foi completamente desconsiderado.” Enquanto isso, depois de a SmartWood vir para avaliar as atividades da

FYMNSA, “daí a poucos dias havia um grande cartaz da SW pendurado nos escritórios da companhia”]. Queremos esclarecer o seguinte: o SOIMANORPA, que é encabeçado pelo Sr. Bautista foi estabelecido em 2003. Ele nunca foi entrevistado durante a avaliação da FYMNSA simplesmente porque essa organização não existia na época. Ele foi entrevistado durante a avaliação subsequente de outra operação, Villa Luz, onde se reuniu com os auditores da SW, Jacques Boutmy e Rolyn Medina. Durante o encontro ele manifestou que, do seu ponto de vista, o WRM não estava atualizado sobre as verdadeiras realidades sociais e trabalhistas das operações nesse campo. Ele também afirmou que a FYMNSA foi a primeira em permitir que o sindicato interagisse com os trabalhadores da FYMNSA, que seu sindicato mantém uma comunicação constante e aberta com a FYMNSA.”

Esta é a versão da Smartwood, que, pelo jeito, o Sr. Heiko Liedeker acredita que é verdadeira. Na quinta-feira 20 de julho falei com o Sr. Bautista e perguntei a ele se concordava com os itens expostos pela Smartwood. Ele respondeu: “Tudo é falso” (“es todo falso”). O Sr. Bautista é uma pessoa muito bem organizada e conserva o registro de tudo o que ele faz. E foi capaz, portanto, de rastrear o encontro antes mencionado com Jacques Boutmy e Rolyn Medina e descobriu que foi realizado no dia 20 de outubro de 2004, bem antes de o WRM ter sequer pensado em realizar esta pesquisa!

Perguntei a ele mais especificamente se a seu ver “a FYMNSA era líder em permitir que o sindicato interagisse com os trabalhadores da FYMNSA”. Mais uma vez, Bautista respondeu: “É falso”. No que tem a ver com a afirmação de SW de que seu sindicato mantém uma comunicação constante e muito aberta com a FYMNSA Bautista explicou que embora a companhia receba o sindicato, isso é apenas uma formalidade. E acrescentou: “fui entrevistado, há três dias, em Rivera [a capital do departamento em que está sediada a FYMNSA] pelo Canal de TV 6 e por quatro emissoras de rádio locais e eu disse que a companhia estava descumprindo os direitos trabalhistas e que nunca deveria ter sido certificada. Talvez, essa foi a razão de a Smartwood ter reagido dessa forma”.

Em seu relatório ao FSC, a Smartwood acrescenta que “a FYMNSA agora tem contratado um Auditor Trabalhista Externo para garantir o cumprimento das leis trabalhistas, as regulamentações e os procedimentos para todo o pessoal e os empreiteiros. Esse auditor envia, mensalmente, relatórios à FYMNSA sobre essas questões, incluindo petições de ações corretivas (CARs, sigla em inglês).”

Também perguntei ao Sr. Bautista a respeito desse assunto e ele respondeu: “Não sei de nada sobre isso”. Qualquer um poderia pensar que o líder do sindicato com quem supostamente a FYMNSA mantém essa boa comunicação seria a primeira pessoa a ser informada sobre tão boas notícias. Infelizmente, não é o caso.

Pior ainda, o Sr. Bautista explicou finalmente a conflitante situação atual decorrente do desrespeito que a companhia tem com a regulamentação trabalhista e me enviou por escrito um resumo dos principais pontos do conflito (vide http://www.wrm.org.uy/paises/Uruguay/Carta_Batista.html). Ao contrário do que a resposta da Smartwood parecia envolver, o documento conclui afirmando: “O diálogo com o sindicato ainda existe mas o fim do descumprimento da legislação trabalhista da FYMNSA e o respeito pela organização sindicalista e os trabalhadores não têm sido atingidos.”

Mesmo sem considerar todos os outros impactos sociais e ambientais detalhados no estudo do WRM, o antes exposto é suficiente para enfatizar que, neste caso- em que os direitos trabalhistas estão sendo violados- o FSC não pode alegar seriamente que é capaz de “garantir a paz de espírito aos consumidores”.

Por Ricardo Carrere, autor do estudo mencionado neste artigo. Correio eletrônico: rcarrere@wrm.org.uy

[início](#)

O Equador é um dos países com uma das maiores taxas de desmatamento em nível mundial. Neste processo há diferentes atores, entre os que estão não apenas as grandes empresas madeireiras que tipicamente realizam suas atividades de extração de madeira flutuando entre a legalidade e a ilegalidade, mas também as empresas que desmatam para instalar grandes monoculturas de árvores, desde dendezeiros até pinus e eucaliptos.

Para acalmar a opinião mundial que se tem sensibilizado perante esses problemas e os rejeita, o mercado tem achado uma solução: a certificação. É assim que no Equador tanto projetos com um grande impacto ambiental quanto empresas muito destruidoras possuem hoje um certificado FSC, como no caso das plantações em grande escala de monoculturas de árvores para Sumidouros de Carbono da empresa PROFAFOR del Ecuador S.A. e as plantações industriais de árvores das empresas ENDESA e BOTROSA.

O grupo nacional legalmente reconhecido pelo FSC no Equador é o *Consejo Ecuatoriano para la Certificación Forestal Voluntaria* -CEFOVE (Conselho Equatoriano para a Certificação Florestal Voluntária). Como o FSC, está composto por uma câmara ambiental, uma econômica e uma social. A presidência da Diretoria do CEFOVE muda regularmente todo ano entre as três câmaras e o poder de decisão na teoria se divide equitativamente entre as três câmaras. No entanto, não se adotaram medidas para assegurar-se que os membros das câmaras ocupem realmente a posição que lhes corresponde, e portanto existem várias irregularidades e atropelos perpetrados pelas companhias madeireiras do Grupo Durini (Setrafor, Endesa, Botrosa, Acosa) e suas organizações de lobby: *Fundación Forestal Juan Manuel Durini* (FFJMD), *Corporación de Manejo Forestal Sustentable* (COMAFORS) e *Asociación Ecuatoriana de Industriales de la Madera* (AIMA). Além disso, a câmara econômica está totalmente dominada pelo GRUPO DURINI, que através da afiliação de quatro de suas empresas e duas de suas organizações de lobby tem a maioria absoluta de votos na câmara.

Por exemplo, a empresa PROFAFOR del Ecuador S.A., encarregada de gerar e negociar bônus de carbono na bolsa de valores, está na câmara ambiental quando deveria estar na câmara econômica. Esse fato tem sido impugnado pelos outros membros da câmara ambiental, mas a PROFAFOR se tem negado a fazer a respectiva mudança. Para o ano de 2006, a presidência do CEFOVE lhe corresponde à câmara ambiental e a PROFAFOR tem sido nomeada como presidente. Como no ano passado a presidência foi de Juan Carlos Palacios da COMAFORS, pela câmara econômica, isso significa que durante dois anos consecutivos têm prevalecido os grupos econômicos.

De outro lado, a coordenadora do CEFOVE trabalha meio expediente em sua função no CEFOVE e meio expediente na sala do Diretor Nacional Florestal, no Ministério do Meio Ambiente. Dessa situação surge um sério conflito de interesses e a possibilidade de que os interesses públicos do Ministério do Meio Ambiente possam influenciar a política do CEFOVE e vice versa.

Em meados de 2005, *Acción Ecológica* e o WRM publicaram o livro "*Sumideros de Carbono en los Andes Ecuatorianos*", um aprofundado estudo sobre os impactos das plantações da PROFAFOR. No entanto, os membros do CEFOVE não analisaram o estudo e não foram feitos comentários a respeito dos questionamentos que evidenciam que seria impossível conceder a certificação a essas monoculturas. Pelo contrário, a eleição da PROFAFOR para a presidência da Diretoria do CEFOVE somente se explica como um respaldo institucional a essa empresa questionada.

A câmara econômica tem passado a ter o poder do CEFOVE, o que ficou claramente evidenciado quando em 2005 a *Federación del Centro Awá del Ecuador* (FCAE) -que faz parte da câmara ambiental- apresentou uma denúncia contra as empresas Setrafor, Endesa/Botrosa -membros da câmara econômica- e a Plywood Ecuatoriana e a CODESA -membros indiretos através de sua afiliação a COMAFORS e AIMA- por invadir seu território e suas florestas, legalmente reconhecidas como Reserva Etnobotânica de Assentamento Ancestral Awá, causar sérios danos ambientais e sociais dentro do território Awá e as áreas diretamente lindeiras consideradas zona de amortecimento e extrair árvores sem as devidas licenças dos representantes legais da FCAE.

Ironicamente, neste caso foi a FCAE a que finalmente resultou questionada, por denunciar um dos membros do

CEFOVE. No entanto, não foi adotada qualquer medida para paralisar as companhias madeireiras. Pelo contrário, o CEFOVE resolveu que “as empresas SETRAFOR, CODESA e PLYWOOD não possuem um controle absoluto sobre os procedimentos e atitudes de seus empregados e empreiteiras no campo”. O que é pior ainda, a Endesa/Botrosa, com o apoio do CEFOVE recebeu este ano uma certificação do FSC expedida por GFA Consulting Group para suas plantações de árvores. Esse certificado faz desaparecer instantaneamente o histórico de mais de 40 anos de violações aos direitos humanos das populações locais e sistemática degradação ambiental pelas empresas do Grupo Durini. O amplo mercado internacional fica aberto para uma das empresas mais destruidoras das florestas primárias equatorianas.

Apesar disso, a falta de credibilidade do CEFOVE ficou evidenciada com a recente renúncia da FCAE e a Fundação Altropico, que era um dos membros fundadores e promotores dessa iniciativa. Jaime Levy, seu diretor executivo o explica na carta pública enviada a membros do FSC e o CEFOVE em 13 de julho de 2006: “Achamos que é impossível continuar compartilhando um espaço cujos objetivos estão enquadrados em atingir um melhor manejo ambiental das florestas, um respeito real para seus proprietários e uma divisão justa dos lucros econômicos das operações florestais com membros como COMAFORS e as empresas produtoras de madeira compensada, que em nossa opinião são as responsáveis da quase desaparecimento das florestas do Chocó de Esmeraldas”. “Esse Patrimônio dos Equatorianos e do mundo inteiro está agora seriamente ameaçado pelas ações dessas empresas e apesar de seus discursos sobre a conservação e o manejo sustentável das florestas nativas remanescentes e de suas qualidade de membros do CEFOVE e do FSC, o que temos testemunhado nos últimos anos no norte de Esmeraldas é uma realidade bem diferente. E atualmente, neste momento, a exploração com maquinário pesado das florestas remanescentes continua a um ritmo acelerado e com pouco controle do Ministério do Ambiente.”

As plantações certificadas no Equador são uma amostra das deficiências do sistema, que está em mãos dos poderes econômicos que dominam o grupo do FSC para o Equador -CEFOVE-. Seu enorme poder e influência vão em detrimento dos povoadores locais e da necessidade de conservação das florestas.

Por Nathalia Bonilla, Acción Ecológica, email: foresta@accionecologica.org e Klaus Schenck, email: klaus@regenwald.org

início

PESQUISAS SOBRE PLANTAÇÕES CERTIFICADAS

Durante os últimos anos, o WRM tem coordenado pesquisas com organizações locais de diferentes países da África, da Ásia e da América Latina para documentar os impactos das monoculturas de árvores em grande escala sobre as pessoas e a natureza (vide <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/inicio.html#libros>). Alguns desses estudos de casos incluíam plantações certificadas, enquanto um deles estava totalmente focalizado nas plantações certificadas pelo FSC (Uruguai). A presente seção do boletim inclui resumos breves dos estudos de casos, que providenciam evidência de certificações problemáticas.

- África do Sul: pesquisa considera plantações de árvores certificadas pelo FSC como herança do apartheid

Na África do Sul, uma minuciosa pesquisa desenvolvida por John Blessing Karumbidza --“A Study of the Social and Economic Impacts of Industrial Tree Plantations in the KwaZulu-Natal Province of South Africa(Um estudo dos Impactos Sociais e Econômicos das Plantações Industriais de Árvores em KwaZulu- Natal Província da África do Sul)”, disponível em <http://www.wrm.org.uy/countries/SouthAfrica/book.pdf> -- identificou uma série de impactos prejudiciais nos níveis econômico, social e ambiental provocados pelas plantações de monoculturas de árvores que afetam as comunidades locais, os recursos hídricos e os ecossistemas.

A introdução de plantações industriais de árvores no país foi testemunha, na década de 1980, de uma nova onda

conduzida pelas companhias madeireiras Sappi e Mondi, ambas com plantações certificadas pelo FSC: a Mondi Business Paper, com 399.068 hectares e a Mondi Millennium Newsprint, com 48.530 hectares, receberam a certificação através da certificadora SGS credenciada pelo FSC. A SAPPI Forests Group Scheme com 76.041 hectares, e a SAPPI Forests com 383.164 hectares, receberam a certificação através da certificadora Soil Association Woodmark (SA), também credenciada pelo FSC.

O crescimento das plantações de monoculturas de árvores em grande escala foi possível graças aos baixos custos de estabelecimento, especialmente quanto a salários e aquisição de terras, bem como a generosos subsídios concedidos pelo governo na época. Em consequência, dois processos foram colocados em andamento: a precipitação das relações dos capitalistas rurais e o uso intencional das árvores como modificadoras da paisagem. Esse desenvolvimento ocorreu em um contexto de segregação e políticas de apartheid que contribuíram para determinar a natureza racial e espacial do entorno agrário sul-africano. A partir das primeiras eleições democráticas na África do Sul, em 1994, a principal iniciativa do setor industrial voltado às plantações de árvores envolveu duas estratégias específicas: o estabelecimento de esquemas de grande crescimento promovidos como responsabilidade social ou corporativa ou como esquemas de geração de empregos, e com a tentativa de trazer à tona um componente BEE (sigla em inglês) (empoderamento econômico negro) à existente estrutura ativa das principais companhias de plantações industriais. Contudo, ficou cada vez mais claro que esses programas não conseguiam mitigar a sempre crescente lista de impactos sociais, econômicos e ambientais provocados pelas atividades de plantações industriais.

As plantações industriais para madeira deslocaram pessoas de seus lares destruindo seus meios de vida tradicionais e substituindo pradarias ricas e diversas por um tabuleiro de xadrez de plantações e campos. O solo e a água estão sendo poluídos por inseticidas, herbicidas e outros poluentes químicos usados nas plantações madeireiras, inclusive por combustível derramado de veículos e motosserras. As plantações também alteram o pH do solo e todas as plantações usadas pela indústria invadem os cursos de água, florestas, pradarias e zonas úmidas, e requerem o uso de mais produtos químicos e combustíveis para serem erradicados. Os trabalhadores das plantações raramente possuem equipamentos de segurança adequados e estão expostos aos gases provindos dos pesticidas borrifados e dos pesados veículos utilizados.

Contudo, e apesar dos problemas com as plantações industriais de árvores na África do Sul, uma área de 1.665.418 hectares está certificada pelo Conselho de Manejo Florestal o que garante seu bom manejo.

O caso do Consórcio SiyaQhubeka, certificado pela SGS, é mencionado pelo FSC como “uma mudança no paradigma do manejo das plantações” (FSC sem data). Porém, o estudo mencionado revela que a joint venture chamada SiyaQhubeka é mais uma sociedade da Mondi com o governo (dividindo 90% entre eles) do que um genuíno acordo de empoderamento. Também não existe um prazo estabelecido para a Mondi transferir suas ações à comunidade, e essa transferência virá como uma iniciativa da Mondi antes que da comunidade ou do governo.

O acordo de transferência implicava que, sempre que for possível “as comunidades locais e a África do Sul negra teriam oportunidades para se beneficiarem das atividades industriais da companhia”. Uma grande parte da madeira plantada pela estatal sul-africana Forestry Company Limited (SAFCOL, sigla em inglês) era inadequada para os requerimentos de polpa da Mondi, já que se tratava, em grande parte, de pinheiros e majoritariamente de troncos serrados. Em vez de pesquisar usos da terra alternativos que poderiam levar a SiyaQhubeka a desenvolver o agri-florestamento, a terra clareada de pinheiros está sendo rapidamente transformada em eucaliptos, uma atividade que pode demorar cinco anos para ser concluída. As áreas não plantadas também estão sendo plantadas com eucaliptos, sem opção de qualquer uso alternativo da terra.

A SiyaQhubeka controla três diferentes propriedades. A plantação St. Lucia ao norte tem 12.550 hectares plantadas. Passa ao longo do limite ocidental do Greater St. Lucia Wetland Park e está completamente fechada com a cerca do parque de jogos. A justificativa foi permitir o acesso de elefantes, búfalos e rinos às plantações da SiyaQhubeka, inclusive às 2.171 hectares de área não plantada. Ao norte da Baía Richards está a plantação KwaMbonambi com

6.257 hectares de árvores e 1.516 ha de áreas não plantadas. Ao sul de Empangeni, está a plantação Port Durnford (3010 ha) com 947 ha de áreas não plantadas. No total, a SiyaQhubeka tem 21.817 ha de plantações madeireiras, e 4.634 ha de terras não destinadas a plantações industriais. As áreas não plantadas são maioritariamente caminhos, servidões, áreas de serviços, terras limpas para impedir incêndios florestais e ladeiras que não podem ser plantadas ou zonas úmidas.

Ao tomar a decisão de conceder a transação à SiyaQhubeka, o Departamento de Assuntos Hídricos e Florestamento (DWAf, sigla em inglês) enfatizou que os integrantes da comunidade local nas três áreas onde as plantações foram estabelecidas, a saber, Mtubatuba, KwaMbonambi and Port Durnford, seriam sub-contratistas para providenciar os serviços. As atividades chave que envolvem os contratos são plantar, cortar e clarear os montes nas plantações e, até certo ponto, desmatar. A derrubada das árvores se transformou recentemente em uma atividade cada vez mais automatizada já que a indústria possui máquinas integradas que cortam, descascam e amontoam os troncos, deixando-os listos para serem carregados. O desmatamento é um dos processos de trabalho mais intenso e caro. Ao automatizar esta etapa do processo da atividade madeireira, fica limitada a potencial geração de empregos no setor. Não é surpreendente que apenas os empreiteiros da comunidade que operavam nas anteriores plantações da SAFCOL estejam envolvidos na plantação e clareamento das plantações. Esses são processos que não exigem um forte investimento de capital. Em muitos contratos, os trabalhadores usam, na verdade, suas próprias ferramentas.

Exemplos desse tipo incluem os Serviços Florestais Umbonambi (UFS- sigla em inglês), a quem foi concedido o contrato para plantar eucaliptos da SiyaQhubeka na plantação KwaMbonambi. UFS emprega apenas 17 pessoas com um supervisor e supõe que seu time de trabalhadores plantem uma proporção de 6 hectares ao dia. Na Plantação Mtubatuba, a Thalaku uma contratista de propriedade conjunta de três empreiteiros da Vila Khula em Dukuduku, está envolvida com o corte e clareamento de ervas daninhas nas plantações. A Thalaku emprega entre 40 a 45 pessoas dependendo do tamanho do contrato. Também faz contratos para empreender a remoção de novos pinheiros da beira leste do St. Lucia que está sendo reabilitada com propósitos de conservação.

O autor do estudo conclui que “de fato, o FSC está certificando uma herança do apartheid.”

início

- Brasil: a certificação das plantações da V&M e da Plantar

O “Movimento Alerta contra o Deserto Verde” é uma ampla rede de oposição à expansão das plantações de eucalipto em grande escala na região que abrange os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro. Sua existência e luta se originam nos impactos sociais e ambientais comprovados dessas plantações, algumas das que atualmente possuem a certificação do FSC.

Uma equipe dessa rede participou em um estudo de caso realizado em finais de 2003 (“Certificando lo incertificable. Certificación del FSC de plantaciones de árboles en Tailandia y Brasil”

<http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/certificaport.html>) e investigou as plantações da V&M e da Plantar S.A.

Reflorestamentos, certificadas pelo FSC através das certificadoras Société Générale de Surveillance (SGS) e Scientific Certification Systems (SCS).

A empresa V&M possui 235.886 hectares de terra no Estado de Minas Gerais, distrib  idos em 25 propriedades, cujo tamanho    de 1.000 até 36.000 hectares. A Plantar    proprietária de aproximadamente 15 prédios rurais, que totalizam 280.000 hectares.

O estudo comprovou que algumas das plantões certificadas ocupam terras usurpadas a seus habitantes originários, com o que a certifica  o tem prejudicado as lutas dos povos locais para reaver suas terras. Identificou-se também que existem outras controvérsias entre os pequenos agricultores e as companhias com rela  o ao uso de agrotóxicos. o

bloqueio de rodovias ou a alteração do acesso e o manejo dos recursos hídricos.

A certificação do FSC também tem debilitado seriamente os direitos dos trabalhadores: “Nada pode servir de desculpa para a omissão total da SGS e da SCS em seus Resumos Públicos e relatórios anuais de monitorização, com respeito aos graves problemas trabalhistas nas unidades certificadas de manejo florestal da V&M e da Plantar, especialmente pela relevância do assunto em discussões políticas locais, na imprensa e na televisão de Minas Gerais. Condições de trabalho subumanas, jornadas de trabalho excessivamente longas, trabalho infantil, terceirização ilegal, sujeição de trabalhadores, transporte ilegal, trabalho insalubre e degradante, listas negras de dirigentes sindicais, falta de liberdade e falta de autonomia sindical –tudo isso tem sido objeto de inúmeros artigos na mídia da região, bem como de debates públicos em diferentes municípios e nos parlamentos estaduais e federal”.

Reaver terras plantadas com monoculturas de árvores para convertê-las em florestas comunitárias não é uma tarefa fácil, nem politicamente nem na prática. No caso das plantações certificadas, a dificuldade é ainda maior e a certificação se transforma em um argumento do que lançam mão os proprietários das plantações para enfrentar as comunidades locais.

O estudo de caso brasileiro, também documenta como as plantações de eucalipto -incluindo as das duas empresas certificadas (a V&M e a Plantar)- têm sido uma das principais causas da destruição da vegetação nativa do cerrado. Como resultado, comunidades locais têm sido privadas de meios de subsistência sustentáveis.

Para os fins da certificação do FSC, pouca importância pode ter o fato de que as empresas de plantação tenham queimado o cerrado para obter carvão e fazer plantações de eucalipto, já que a destruição aconteceu antes de novembro de 1994.

No entanto, “...o impacto da destruição deste bioma se sente até hoje, principalmente pelas populações locais que perderam grande parte de sua flora e fauna, seus recursos hídricos, e sofreram as consequências da aplicação de agrotóxicos. Longe de proteger o que resta da vegetação nativa, os milhares de hectares plantados com eucalipto acabaram transformando-se em um perigo”.

O estudo afirma que os benefícios econômicos e sociais de produtos como o carvão para a produção de aço ou madeira para a produção de celulose para a indústria do papel “são escassos, em comparação com os sérios impactos das plantações industriais associadas que afetaram as vidas dos trabalhadores ou os impactos socioeconômicos negativos sobre as comunidades locais”.

Cabe salientar também um assunto que se relaciona com o processo de certificação no todo: as irregularidades no processo de certificação que levaram a um descumprimento dos princípios do FSC e à influência de interesses criados das firmas certificadoras. O estudo conclui que o manejo florestal da V&M e da Plantar infringe legislação nacional e internacional, como no caso de alguns tratados da Organização Internacional do Trabalho. Quanto à legislação ambiental, a V&M e a Plantar têm descumprido a resolução que exige a empreendimentos desse porte a obtenção de licenças através da apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental.

O relatório documenta também que as plantações da V&M e da Plantar não cumprem com alguns princípios do FSC à medida que a maioria das plantações se estabeleceram em terras com vegetação nativa do cerrado. Contribuíram com a destruição deste bioma ameaçado, causando ao mesmo tempo danos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

O FSC se orgulha da atenção que providencia aos assuntos sociais. Sua credibilidade se baseia na consulta às organizações, comunidades e populações locais. No entanto, no caso do Brasil, o processo de consulta foi muito pobre.

O Resumo Público da V&M enumera várias “partes interessadas” com as quais, de acordo com a SGS, se realizaram

“reuniões e discussões”, mas não há comentários sobre os resultados dessas reuniões e discussões. Os membros dos sindicatos mencionados na lista de “partes interessadas”, supostamente consultados pela SGS, dizem que não foram consultados durante o processo de certificação em 1998.

De outro lado, os serviços das firmas certificadoras são pagados pelas companhias que desejam obter a certificação, com o que têm um grande incentivo para certificar rapidamente sem impor muitas condições nem supervisionar o cumprimento dos princípios do FSC de forma muito estrita.

Finalmente, os relatórios das certificadoras a respeito das plantações das empresas referidas carecem de uma análise cuidadosa do universo socioeconômico dos lugares onde estão localizadas as plantações e de uma contextualização. Os relatórios mostram que os auditores fizeram uma interpretação subjetiva, desde a eleição do conteúdo e os pontos prioritários de seu estudo, passando por uma seleção dos interlocutores menos críticos, realizaram visitas de campo orientadas por um horizonte interpretativo estreito demais e ignorando as referências temporais e espaciais do território.

A conclusão do estudo é que: “Depois de avaliar a certificação das companhias Plantar S.A. e V&M podemos afirmar sem medo de errar, que essa garantia que se pretende outorgar aos consumidores, hoje não existe.”

início

- Equador: benefício zero para as comunidades pelas plantações certificadas do FACE PROFAFOR

Em 1999, o programa FACE de Florestamento do Equador S.A., o PROFAFOR, contratou a empresa verificadora suíça SGS-Société Générale de Surveillance para avaliar o manejo florestal de 20.000 hectares de suas plantações de monoculturas de árvores na serra equatoriana. No ano 2000, recebeu da SGS um certificado por plantações para absorção de dióxido de carbono (foi o primeiro caso em que se certificou fixação e absorção de carbono em plantações florestais, não em florestas reais); e em dezembro de 2001, o Selo de Certificação Florestal que garante o cumprimento dos “Princípios e Critérios” do FSC.

Mas, o que é o FACE PROFAFOR? A FACE (que, pela sigla em inglês corresponde a Forest Absorbing Carbon Dioxide Emissions ou “Florestas para a Absorção de Emissões de Dióxido de Carbono”), foi criada, em 1990, pela Diretoria de Empresas Holandesas Geradoras de Eletricidade, N.V.Sep, com o objetivo inicial de estabelecer 150.000 hectares de plantações florestais a fim de compensar as emissões de uma nova central térmica de carvão que seria construída na Holanda e que implicaria a emissão de milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. Por questões de custo, sua ação foi voltada ao estabelecimento de projetos de florestamento em países em desenvolvimento. É assim como a FACE chega ao Equador, onde estabelece o Programa FACE de Florestamento do Equador S.A.- o PROFAFOR-, e dá financiamento à empresa PROFAFOR do Equador S.A. a fim de estabelecer plantações de monoculturas florestais de espécies exóticas (pinheiros e eucaliptos) e “fixar” CO₂ da atmosfera.

Devido às graves consequências ambientais e sociais geradas pelo estabelecimento de plantações florestais, a organização equatoriana Ação Ecológica, em 2005, realizou uma pesquisa cujo relatório se intitula “Sumidouros de carbono nos Andes equatorianos. Os impactos das plantações do projeto holandês FACE- PROFAFOR sobre as comunidades indígenas e camponesas, está disponível em <http://www.wrm.org.uy/paises/Ecuador/FACE2005.pdf>

O trabalho de campo revela que a certificação do FSC não apenas não garante que as comunidades sob um projeto florestal certificado recebam benefícios econômicos, sociais e ambientais como também que, no caso das comunidades indígenas dos Andes equatorianos, acontece exatamente o contrário, já que são obrigadas a absorver os custos do projeto e suas externalidades.

Por outro lado, com a certificação, o FACE PROFAFOR ganha em imagem e consegue invisibilizar os impactos

negativos gerados pelo projeto. As comunidades locais afetadas por projetos certificados devem se enfrentar à força e o peso do “Selo Verde”, que resta credibilidade a suas reclamações e lutas.

O relatório mostra o que o PROFAFOR obtém das comunidades: terra, trabalho e dinheiro.

Nos contratos assinados, a FACE não paga qualquer tipo de aluguel pelas terras de propriedade comunitária onde é produzida a “Fixação e Absorção de Carbono” que negocia no mercado internacional. O FACE PROFAFOR se reserva 100% dos Direitos pelo Carbono absorvido enquanto exige às comunidades que essas terras não sejam usadas para nenhuma outra atividade além da manutenção da plantação e que assumam a totalidade das responsabilidades pela manutenção do sumidouro durante o prazo do contrato: de 25 a 30 anos.

No que diz respeito à oferta de “geração de emprego” deste projeto de florestamento não é apenas fictícia. De fato, constitui um impacto negativo que deve ser absorvido pela economia comunitária. Para cumprir o contrato com o FACE PROFAFOR, as comunidades, em algumas ocasiões, tiveram que contratar pessoal de fora, tanto porque não possuem as habilidades necessárias para desempenhar determinada tarefa conforme as especificações técnicas quanto porque as plantações estão em terrenos de difícil acesso e sujeitas a condições climáticas extremas.

Quanto ao dinheiro, da quantia inicial oferecida à comunidade, nos três primeiros anos, o PROFAFOR desconta o “custo” das plantas e a assistência técnica que fornece. Além de as comunidades receberem, no final, quase a metade do oferecido inicialmente, os contratos determinam o compromisso de usarem os recursos fornecidos pela FACE exclusivamente para o objeto do Contrato de Florestamento, mas esses recursos geralmente não são suficientes para satisfazer as despesas ocasionadas para as comunidades completarem o estabelecimento das plantações.

Por outro lado, os contratos de florestamento proíbem atividades como a pastagem, levando, em alguns casos, a que as famílias proprietárias de gado tenham que arrendar terrenos para seus animais, uma despesa que antes não tinham. Também pode acontecer que por falta de pastagens tenham que reduzir o número de cabeças de gado.

Para melhorar sua imagen, a FACE argumenta que suas atividades são realizadas em terras degradadas e a altitudes em que a agricultura não é possível e a pastagem não é lucrativa.

A realidade é bem diferente. A FACE introduz plantações de pinheiro em ecossistemas primários, não em solos degradados. As plantações são estabelecidas em um ecossistema muito frágil e de grande importância hidrológica: o páramo, fundamental para a regulação da hidrologia regional e fonte de água para a maioria da população dos Andes. A grande quantidade de matéria orgânica faz que estes solos tenham uma grande retenção de água. A implantação de árvores, exóticas para o páramo NÃO favorece a estabilidade do ecossistema.

A introdução de espécies exóticas em um meio de altitude como o páramo, transforma e prejudica a frágil estrutura do solo provocando uma severa rachadura pelas mudanças no sistema hidrológico. Também abala a fauna e flora do local e determina que o resultado seja uma plantação com um rendimento deficiente, o que finalmente resulta em prejuízo da fixação de Carbono desejada.

Depois de oito anos de iniciadas as atividades, a FACE obteve a Certificação Florestal; pouca relevância teve o fato de que para o estabelecimento de suas plantações fossem destruídos ecossistemas primários, também não importou que não fossem tomadas providências para mitigarem os impactos gerados.

Em resumo, a Certificação do FSC nas plantações do FACE PROFAFOR no Equador não garante que as comunidades “beneficiárias” do projeto recebam benefícios econômicos, sociais nem ambientais. Pelo contrário, fica demonstrada uma considerável --e questionável-- “flexibilidade” na aplicação dos Princípios e Critérios do FSC.

- Suazilândia: impactos das plantações da Mondi Peak certificadas pelo FSC

Cerca de 9% da Suazilândia está coberta de plantações para madeira (eucaliptos, pinheiros e acácias). Em dezembro de 2004 Wally Menne, um membro da Timberwatch Coalition da África do Sul, publicou seu trabalho: “Plantações madeiras na Suazilândia: Uma pesquisa dos impactos ambientais e sociais das plantações madeiras em grande escala na Suazilândia” (disponível em <http://www.wrm.org.uy/countries/Swaziland/Plantations.pdf>).

O estudo de Menne também inclui as plantações de árvores certificadas da Mondi Forest (uma subsidiária da gigante Anglo –American Corporation) que opera na Suazilândia através de sua companhia associada Peak Timber Ltd, e sua companhia congênere sul-africana, a Mondi Timber.

A Mondi Forests (também conhecida como Mondi Peak) possui quase 32.000 hectares de terra na vila Pigg’s Peak, na Suazilândia do norte, cerca de 20.000 desses hectares estão cobertos de plantações (cerca de 90% das plantações na área de Pigg’s Peak). Estas plantações consistem em aproximadamente 6.000 hectares de plantações de pinheiros, 14.000 hectares de eucalipto e uma pequena área de uns 30 hectares plantados com acácia-negra. A maioria dos eucaliptos são exportados para a produção de polpa e cerca de 75% dos pinheiros é exportado. Nos últimos dez anos houve uma substituição sistemática de pinheiro por eucalipto, que aparentemente dará maiores lucros decorrentes da rápida rotação, e agora compõe 75% das plantações de Peak.

A certificação FSC das plantações da Mondi Peak foi concedida pela primeira vez em 1996, como parte das plantações pertencentes a Mondi na África do Sul. Conforme o site do FSC, a Mondi não tem plantações certificadas na Suazilândia, porque elas estão incluídas na área total certificada da Mondi na África do Sul. A certificação é revisada a cada 5 anos e será reavaliada novamente em 2007. A companhia de certificação SGS credenciada pelo FSC realiza vistorias anuais.

A pesquisa de campo tentou determinar se aquelas plantações tinham beneficiado as comunidades locais, e a seguir se transcrevem algumas das respostas recebidas:

Nhlanhla Msweli, da organização social Campanha contra a Pobreza e a Desigualdade Econômica na Suazilândia (SCAPEI, sigla em inglês), lembra que em 1997 houve mais restrições na indústria madeireira – inclusive na Mondi. As dificuldades econômicas foram utilizadas como motivo para reduzir o pessoal, mas no mesmo momento o trabalho foi “terceirizado” a empreiteiros, que eram frequentemente ex-trabalhadores que tinham sido ajudados para estabelecer seus próprios “negócios de contratação”. Isso originou um mercado de trabalho muito competitivo. A terceirização das atividades não tem beneficiado muitas pessoas, porque na verdade é uma forma de trasladar os riscos e os custos às novas companhias que se estabeleceram. Quando elas eventualmente fracassarem e os investimentos realizados com a diminuição dos pagamentos se perderem, a pobreza vai ser ainda maior.

Mrs Duduzile (Matilda) Zwane, Diretora da Escola Primária de Ekuthuleni (vila principal dos trabalhadores da serraria da Mondi Peak), possui uma visão negativa das plantações madeiras. Ela achava que a comunidade não se beneficiaria muito com seu estabelecimento, tanto do ponto de vista das pessoas que estariam trabalhando na indústria quanto dos que estariam morando na área. Os trabalhadores recebiam um salário baixo embora também recebessem alguns alimentos. Recentemente houve uma greve na serraria e enquanto a greve continuava um fogo accidental, que começou por uma faísca de um maçarico, a serragem pegou fogo e causou graves danos na serraria. Embora a greve tivesse terminado, posteriormente os trabalhadores foram demitidos. A serraria teve de ser melhorada e seria instalado equipamento de nova tecnologia. Foi um problema que a companhia utilizasse grandes maquinários para fazer o trabalho e não desse mais trabalho às pessoas.

A companhia fez muito pouco para ajudar à comunidade. Apenas empregados de boa-fé e suas famílias podiam usar os recursos da clínica de saúde da Mondi. Os outros tinham de usar o hospital governamental de Pigg’s Peak. A

pobreza na comunidade estava obrigando as jovens a se transformar em prostitutas. Elas aceitavam tão pouco quanto 2 Emalangi (Um dólar é equivalente a 6 Emalangi) por relação sexual, geralmente com homens velhos que tinham trabalho na serraria. Ela acrescentou que a maioria das meninas da área ficavam grávidas antes de chegarem ao final do Standard 5 (7ª série da escola primária).

Não se ofereceram bolsas, e não apareceu a ajuda para a construção de uma igreja para a comunidade. A escola tinha uma necessidade urgente de mais salas de aula e mais alojamento para os professores. A condição geral das casas dos trabalhadores é muito pobre. Na escola não há campo de jogos e os caminhos na vila estão em um estado lamentável.

Mrs Zwane declarou que ela tinha percebido que os rios nas áreas onde crescem as árvores para madeira tinham se secado ao longo dos anos. Ela podia lembrar lugares onde as pessoas podiam nadar quando ela era criança, que agora estão secos.

O anterior está de acordo com o que Rex Brown – dos Serviços de Consultoria Ambiental – respondeu durante a pesquisa. Ele declarou que o estabelecimento das três principais plantações no país (Shiselweni, Usutu e Mondli) se realizou sem levar em consideração seus impactos, tanto no curto quanto no longo prazo, sobre o ambiente, os meios de vida, a água e a poluição.

A respeito da água, Brown disse que as plantações parecem agir como esponjas e, em parte, como resultado da composição de suas espécies, absorvem grandes quantidades de água que não chegam aos rios e arroios. Isso combinado com a sempre crescente demanda de água nas represas, leva à escassez anual de água.

Como conclusão final o autor do estudo afirma: “As plantações na área Pigg’s Peak poderiam ser descritas no melhor dos casos como pobremente manejadas e no pior – absolutamente lamentáveis. É inacreditável que essas plantações que em algumas áreas são uma miscelânea descontrolada de espécies, altamente infestadas com plantas invasoras, possa ter recebido a certificação do FSC.”

[início](#)

- Uruguai: quatro empresas que não deveriam estar certificadas

Em 1987, foi aprovada, no Uruguai, uma legislação que envolve a promoção --através de isenções tributárias e subvenções -- de monoculturas em grande escala de árvores exóticas (principalmente eucaliptos e pinheiros) voltados para a exportação. É assim que o país, até então agrícola- pecuarista, inicia a transformação de parte de suas férteis pradarias em “desertos verdes” que, atualmente, ultrapassam os 700.000 hectares.

Paralelamente, começa uma crescente oposição às monoculturas de eucaliptos e de pinheiros. Parte dessa oposição é o resultado de anos de campanhas e denúncias concretas de organizações ambientalistas, sociais e sindicais locais, que têm documentado os impactos desse modelo florestal. Mas também cabe esse “mérito” às próprias empresas florestais, cujas plantações têm demonstrado ter os impactos anunciados pelas organizações da sociedade civil e cujas práticas sociais deixaram muito a desejar.

A partir do ano 2001 entra em cena o FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal) ao certificar 5.000 hectares de plantações da empresa Industrias Forestales Arzati (através da certificadora SmartWood). Para quem conhecia essa empresa, com uma longa tradição de destruição ambiental (dessecação de zonas úmidas) e de política antisindical (chegando a ameaçar representantes do Sindicato da Madeira de serem retirados a balaços) logo de saída ficou bem claro que, ao ser essa empresa certificada, todas as outras também o seriam. E, de fato, foi assim como aconteceu. Uma após a outra, as empresas que solicitam a certificação a conseguem, mesmo que os impactos continuem e sejam agravados ao passo que as plantações --certificadas ou não-- abrangem extensões cada

vez maiores em diferentes zonas do país.

Em agosto de 2005 eram sete as empresas com plantações certificadas pelo FSC no Uruguai, com uma área total certificada de 133.711 hectares, sendo que cinco delas tinham áreas plantadas de mais de 5.000 hectares, ao tempo que duas eram pequenas plantações (31 e 184 hectares respectivamente). Quanto à origem do capital, duas eram estrangeiras (a finlandesa COFOSA e a espanhola EUFORES) e as outras nacionais. Cinco receberam certificação da SGS Qualifor, e as outras duas da SmartWood (Rainforest Alliance).

Um trabalho de campo do WRM realizado no final de 2005 e publicado em março de 2006 (“Maquillage Verde. Análisis crítico de la certificación de monocultivos de árboles en Uruguay por el FSC”) - disponível em <http://www.wrm.org.uy/paises/Uruguay/libro.pdf> - descreve as principais empresas certificadas no Uruguai (EUFORES, COFOSA, FYMNSA, COFUSA) e chega à conclusão de que nenhuma das quatro empresas analisadas cumpre com o objetivo explícito do FSC, que afirma que “O Conselho de Manejo Forestal (FSC, sigla em inglês) promoverá o manejo ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas [sic] do mundo”.

No boletim Nº 104 do WRM, no artigo sobre o Uruguai, fizemos referência aos resultados do estudo. Os graves impactos sobre a água, a flora -que afetam especialmente a pradaria, principal ecossistema do país e base da produção agropecuária-, a fauna e a paisagem revelam que as plantações certificadas descumprem as condições de manejo “ambientalmente apropriado” dos recursos naturais.

Por outra parte, a promoção das plantações de monoculturas de árvores acarretou diversas tendências. Os benefícios empresariais do modelo florestal são otimizados em condições de latifúndio, produzindo assim um aumento da compra de grandes extensões de terra –principalmente por parte de empresas estrangeiras. Além disso, é uma atividade excludente de outras atividades produtivas devido aos impactos que provoca, contribuindo assim à despovoação do meio rural. E o emprego gerado tem sido precário, sazonal e terceirizado. Todas estas circunstâncias derrubam o requisito de manejo “socialmente benéfico”.

Quanto ao requisito de constituir uma atividade “economicamente viável”, pôde ser constatado que se não fosse pela enorme subvenção direta e indireta --desde isenções até construção e manutenção de caminhos-- recebida pelo Estado, quer dizer, o povo uruguaio, certamente a floresta não teria se desenvolvido no país.

Por último, no caso concreto do Uruguai, a certificação destas plantações não contribui para a promoção do manejo sustentável das florestas (protegidas por lei). Pelo contrário, dá sua aprovação para a destruição total do principal ecossistema do país (a pradaria).

A certificação implica, além disso tudo, um enfraquecimento da oposição local, já que as empresas recebem um selo presumidamente “verde” concedido por uma instituição prestigiosa na qual participam ativamente ONGs sociais e ambientais, que também foram as criadoras e promotoras deste esquema de certificação.

Por outro lado, essas certificações erosionam a credibilidade do FSC, cuja obrigação original visava a proteção das florestas através de um manejo adequado. O próprio fato de o FSC considerar que as plantações são “florestas” vai em detrimento de sua credibilidade, somado à certificação de grandes monoculturas de árvores, que na realidade implica que as declara como “ambientalmente apropriadas, socialmente benéficas e economicamente viáveis” (tal como reza seu objetivo).

iníci

MAIS QUESTIONAMENTOS DE PLANTAÇÕES CERTIFICADAS

O WRM tem divulgado muita informação sobre a certificação de plantações, incluindo dois livros, dois boletins especiais e numerosos artigos sobre um grande número de países (vide <http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/inicio.html>). A presente seção inclui um breve número de casos recentes que achamos que merecem ser considerados pela revisão de plantações do FSC.

- Austrália: plantações de monoculturas certificadas são questionadas pela aspersão aérea e a perda de biodiversidade

Atualmente, as principais companhias plantadoras certificadas pelo FSC que operam na Austrália são: Albany Plantation Forest Company Pty Ltd (23.509 has), Timbercorp Forestry Pty Ltd. (97.000 has), Integrated Tree Cropping Limited (166.536 has), Hancock Victorian Plantations Pty. Limited (246.117 has).

Entre os principais impactos a respeito da certificação das recentes plantações de eucalipto branco (*Eucalyptus globulus*) na Austrália existe o sistema de aspersão aérea de pesticidas sobre as plantações de árvores e a subsequente poluição da água potável. Os problemas relacionados com a aspersão aérea das plantações de Hancock nos depósitos de água que fornecem milhares de habitantes com água potável podem ser acompanhados em http://www.forest-network.org/Docs/amis_fsc_05-04.htm

Brenda Rosser, da Rede pela Água Limpa da Tasmânia, avisou dos impactos na saúde produzidos pelo uso descontrolado de pesticidas na Tasmânia: uma onda de casos de câncer e doenças neurológicas, aumento da taxa de incidência do linfoma non- Hodgkins, câncer de próstata, de tireóide, e outros cânceres combinados, bem como a mais alta porcentagem de pessoas que sofrem de diabetes na Austrália, e maiores índices de doenças coronarianas, obesidade, hipertensão e altos níveis de colesterol no sangue do que em outros estados australianos (vide Boletim Nº 97). A conclusão de Brenda Rosser quanto à Revisão do FSC é que “Se o FSC continuar mantendo a “sustentabilidade” como um objetivo frouxo e impreciso então o FSC se transformará (e eu acho que já pode sê-lo) nada mais do que um meio corporativo para elevar a imagem da indústria ‘florestal’”.

[início](#)

- Colômbia: a incrível e triste certificação das plantações da Smurfit

Em 2003 o WRM fez uma visita de campo à Colômbia para conhecer e colher depoimentos das comunidades afetadas pelas plantações da empresa Smurfit. Na época, sustentávamos em um artigo o seguinte:

“...Os povoadores locais nos disseram que ‘as plantações têm acabado com a água’, que ‘as fumigações acabam com tudo o que há no solo’, que ‘quase não há fauna’, que antes havia ‘nuvens de pássaros’ e que ‘agora somente no verão aparece algum pássaro, mas não no inverno’ e que ‘o peixe também acabou’.

A respeito do emprego, informaram-nos que ‘todo o trabalho é feito por peça’ (por empreiteiras) e que ‘o contrato implica trabalhar como dois e cobrar como um’. Apenas sobrevive o mais forte: ‘se [o trabalhador] não atingir o desempenho exigido, será demitido; as pessoas não podem ter mais de 40 anos de idade e todos devem ser fortes para atingir esse desempenho’. Em matéria de organizações de trabalhadores, não apenas não há sindicato mas ‘o que se queixa, vai para fora’ e ‘por aqui não se fazem comentários’.”

Na época pensávamos que com esse currículo, era impossível que alguma vez as plantações da empresa pudessem obter a certificação de uma produção social e ambientalmente responsável da madeira. No entanto, nesse mesmo ano, apesar de seus nefastos antecedentes, a Smurfit conseguiu a certificação de 38.000 hectares de plantações. Coincidentemente, em 2003 testemunhávamos com muita preocupação que apesar de seus antecedentes, a Smurfit - através de Víctor Giraldo- era membro da Diretoria do FSC (Conselho de Manejo Florestal), de acordo com informação da página na web do FSC.

Recentemente o WRM foi convidado novamente à Colômbia a percorrer áreas onde há grandes extensões de plantações da mesma empresa. A situação não tem mudado nada. Pelo contrário, os impactos se aprofundaram. Enquanto isso, a Smurfit continua sendo membro da Diretoria do FSC.

Por mais informação sobre os impactos das plantações da Smurfit na Colômbia, recomendamos ler: <http://www.wrm.org.uy/boletim/77/AS.html#Colombia>; <http://www.wrm.org.uy/boletim/107/opiniao.html#Colombia>, e “Cómo afecta a las comunidades campesinas y a la biodiversidad. La industria papelera en la zona Andina”, Guillermo Castaño Arcila, Revista Semillas en la economía campesina, Nº 20, dezembro de 2005, <http://www.semillas.org.co/articulos.htm?x=24037>

início

- Equador: a plantação certificada Rio Pitzara da Endesa- Botrosa (*)

Em abril de 2006, a empresa certificadora alemã GFA Consulting Group concedeu o selo do FSC às atividades madeireiras da empresa Endesa- Botrosa e a suas plantações de árvores localizadas na zona Rio Pitzara, de 8.380 hectares no litoral do Equador (GFA-FM/COC-1267). A certificação FSC da Endesa-Botrosa, pertencente ao Grupo Madeireiro Durini, significa um duro golpe para as centenas de comunidades locais camponesas, indígenas e afro-equatorianas, cujas florestas e modos de vida têm sido devastados por esta companhia durante décadas.

Desde o início, o processo de avaliação da Endesa- Botrosa por conta da certificadora GFA tem sido superficial. A GFA tem ignorado sistematicamente o fato de a Endesa – Botrosa ter descumprido os Princípios e Critérios do FSC. A avaliação estava embasada na qualificação de um questionário, que a GFA enviou, a começos de 2005, através de correio eletrônico a um grupo de 39 pessoas de ONGs, instituições e companhias em Quito. Desse jeito, a GFA não recebeu qualquer crítica importante a respeito da madeireira. Cabe assinalar que nem todas as pessoas indicadas na lista fornecida pela GFA receberam o e- mail e outras não têm respondido o questionário.

Porém, mais grave ainda é o fato de a GFA não ter consultado nenhum representante dos proprietários das florestas naturais das que a Endesa- Botrosa se abastece com mais de 73% da madeira usada. A maioria das florestas naturais exploradas pela SETRAFOR, a empresa encarregada da colheita do Grupo Durini que abastece a Endesa- Botrosa, são degradadas irreparavelmente ou destruídas totalmente pelos madeireiros, com graves impactos negativos para a população local. Do outro lado, em junho de 2005, a organização equatoriana Ação Ecológica encaminhou uma reclamação detalhada e formal à certificadora, disponível em <http://www.wrm.org.uy/>. Uma semana depois foram realizadas reuniões com a GFA tanto no Equador quanto na Alemanha, nas que foram manifestadas as reclamações contra a Endesa- Botrosa.

De acordo com o relatório de certificação da GFA, o terreno Rio Pitzara da Endesa-Botrosa está localizado entre as províncias de Esmeraldas e Pichincha. Sua vegetação natural é de Floresta Úmida Tropical e Floresta Úmida Premontana. A plantação abrange 5.406 hectares que serão acrescidas de outras 1.800 hectáreas nos próximos anos.

O relatório não revela dados concretos e detalhados sobre quando e em quais circunstâncias a terra foi adquirida pela Endesa- Botrosa e concedida a ela, nem menciona quem foram seus anteriores proprietários ou seu uso e vegetação original. Porém, precisamente nesta zona, a adjudicação de terras à Endesa-Botrosa provocou duros conflitos ainda não resolvidos, denúncias por parte de camponeses locais e da ONG Ação Ecológica, além de investigações e sentenças contra a companhia por parte de instituições públicas.

Um caso bem documentado corresponde ao terreno de 3.123 hectares El Pambilar, concedido a Botrosa em 1998 pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Depois de mais de dois anos de violentos enfrentamentos entre camponeses e pessoal da companhia, denúncias e investigações oficiais, o Ministério do Ambiente confirmou em 2000

que 90% (2.830 hectares) das terras estão dentro do Patrimônio Florestal do Estado (PFE) e que foram ilegalmente adjudicadas. O Ministério decidiu que a Botrosa devia devolver estas terras ao Estado e o Tribunal Constitucional resolveu que a empresa devia indenizar os camponeses pelos prejuízos causados.

Por outro lado, o manejo das plantações florestais da Endesa-Botrosa é deficiente. Um estudo da GTZ de plantações com a espécie Pachaco (*Schizolobium parahyba*) em 1997, descreveu que “somente foi possível determinar uma limitada sustentabilidade na produção de madeira” e que “faltam elementos fundamentais de um conceito sustentável de manejo florestal”. “Em especial, foram constatadas deficiências no reconhecimento do sítio florestal, do solo e na análise de nutrientes, bem como na adaptação do maquinário às pequenas dimensões da madeira e particularmente na capacitação dos operadores”. Também foi observado que nas plantações muitas árvores adoecem a partir dos sete anos e finalmente morrem e que “uma crescente parte das árvores nas superfícies mais antigas da plantação estavam em um estado muito ruim”. Em decorrência disso, a empresa perdeu uns 2.500 hectares de plantação com Pachaco.

Em outro estudo foi mostrado que as plantações da espécie africana *Terminalia superba* no Rio Pitzara foram realizadas em floresta secundária e que a vegetação natural foi cortada para estabelecer a plantação. Pior ainda, conforme a lista vermelha da IUCN, a zona do Rio Pitzara é o único hábitat de uma espécie de rã muito rara em perigo de extinção: a Rio Pitzara Robber Frog (*Eleutherodactylus helonotus*). Esta rã foi encontrada apenas em dois lugares próximos ao Rio Pitzara, em uma área total de menos de 10 quilômetros quadrados. A transformação de seu hábitat natural em plantações industriais pode significar a extinção da espécie.

Além da plantação, existe outro requerimento muito importante do FSC que a Endesa- Botrosa está descumprindo. Toda a madeira não certificada processada pela empresa deve ser “madeira controlada”, o que significa madeira legalmente aproveitada.

Em resumo, as ilegalidades que envolvem a Endesa-Botrosa, tais como a adjudicação ilegal de terras do Patrimônio Florestal do Estado à companhia, o violento conflito sobre as terras com os camponeses locais e os crimes cometidos contra eles, o desmatamento de florestas remanescentes e o fato de que eventualmente a zona de floresta onde foi estabelecida a plantação de Rio Pitzara seja o único hábitat de uma espécie animal em perigo de extinção, não permitem a certificação florestal FSC da plantação. Contudo, atualmente exibe o selo do FSC.

Por Natalia Bonilla, Acción Ecológica, correio eletrônico: foresta@accionecologica.org
e Klaus Schenck, correio eletrônico: klaus@regenwald.org

(*) A Endesa- Botrosa é bem conhecida devido à gigantesca destruição que suas atividades madeireiras provocam nas florestas equatorianas. Contudo, neste artigo queremos salientar as conotações da certificação de suas plantações, por ser o tema central deste boletim.

[início](#)

- Espanha: grupos espanhóis se retiram do FSC

Há mais de um ano que organizações espanholas exigem o cancelamento da certificação de “manejo florestal sustentável” outorgada pelo FSC à filial da empresa de celulose ENCE (Norfor), sem obter qualquer resultado. Em junho de 2005, a “Asociación pola defensa da Ría”, membro da *Federación Ecoloxista Gallega* (FEG), encaminhou à delegação do FSC na Espanha o urgente pedido de cancelamento da referida certificação (<http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/cancelacionNORFOR.pdf>) junto com um relatório crítico da certificação da Norfor (<http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/informeNORFOR.pdf>). Solicitava também que o referido relatório fosse encaminhado ao órgão central do FSC e que ele procedesse à revisão dos outros processos de certificação no mundo com a possibilidade de excluir a certificadora SGS do processo de certificação.

Devido à falta de resposta pelo FSC e a que acha que a legitimação da certificação do FSC se deve fundamentalmente à presença de grupos ambientalistas em seu interior, a *Federación Ecologista Gallega* resolveu, por decisão de Assembléia de 20 de maio do presente ano, retirar-se do Grupo de apoio nacional ao FSC na Espanha e solicitar aos outros grupos ecologistas espanhóis que adotem a mesma medida (vide http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/Solicitud_Gallegos.html)

A organização exprime sua preocupação pela expansão alarmante das monoculturas em grande escala - especialmente de eucalipto para a fabricação de celulose para papel- com seus efeitos de degradação dos solos, acelerada perda de biodiversidade e desaparecimento ou extremo empobrecimento de comunidades rurais. Também identifica que a certificação do FSC constitui “uma das ferramentas que as empresas estão utilizando para obter suas autorizações e ajudas econômicas, além de para reforçar sua posição no mercado”. Perante isso a *Federación Ecologista Gallega* declara que “o apoio do movimento ecologista ao selo não pode ser um cheque em branco e faz sentido somente quando por trás de cada certificação há um manejo florestal do que razoavelmente é possível afirmar que é ‘ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável’ o que hoje está muito longe da realidade”.

início

- Irlanda: plantações da Coillte certificadas pelo FSC sob questionamento

Ao longo dos últimos séculos, tem ocorrido um maciço desflorestamento nas terras irlandesas. O que tem sido substituído, foi amplamente substituído por plantações de conífera em quase monoculturas exóticas, principalmente por conta de uma companhia: a Coillte que é proprietária de 438.000 ha de plantações certificadas.

Em 2002, a Coillte Teoranta obteve a certificação do Conselho de Manejo Florestal concedida pela Soil Association/ Woodmark (anteriormente certificada pela SGS).

Mesmo assim, a certificação dessas plantações tem sido fortemente criticada na Irlanda devido a várias razões, a saber:

- contribuíram à poluição de águas por causa da acidificação, sedimentação e contaminação por fertilizantes fosfatados.
- acabam com a flora nativa devido à diminuição da luz que chega ao solo.
- criam maiores riscos de infestação por insetos e doenças (por exemplo, agora existem surtos de gorgulho de pinheiro, que anteriormente era desconhecido na Irlanda).
- são altamente suscetíveis ao fogo devido ao conteúdo de resina das espécies exóticas. Esse risco aumenta em terras de turfa.
- contribuem ao dano físico devido à drenagem, plantações, construção de caminhos e desmatamento
- contribuem ao despovoamento e declínio das vilas rurais. O atual sistema de florestamento na Irlanda usa processos altamente automatizados e leva a uma oferta de emprego mínima.
- destroem a biodiversidade nativa.

Por isso tudo, a Woodland League na Irlanda declarou que “Mesmo assim, a Coillte obteve a certificação FSC, a um Estándar Nacional, bem menos exigente que o do FSC, que está desenvolvido por uma companhia chamada IFCI”

Maiores informações sobre o caso das plantações da Coillte podem ser acessadas em:
<http://woodlandleague.org/info/info/IT&F-Coillte&CertificationJan2005.htm>

início

- Venezuela: certificação da Smartwood a plantações de empresa chilena em debate

O que segue são as conclusões apresentadas em um relatório de viagem (disponível em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Venezuela/Gira2006.pdf>) da pesquisa realizada recentemente por quatro representantes da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores na área onde estão localizadas as plantações de Uverito, nome com o que se conhecem aproximadamente 600.000 hectares de plantações de pinus instalados nos Estados de Monagas e Anzoátegui. Em 2003, a SmartWood certificou 12 prédios, com um total de 139.650 hectares, da empresa Terranova de Venezuela (TDV) que fazem parte dessas plantações. A empresa TDV pertence ao Grupo Forestal Terranova sediado no Chile, vinculado a outras empresas chilenas e a capitais norte-americanos.

“Durante todo nosso percurso ao longo da área das plantações de pinus pudemos observar populações muito pobres, quase sem serviços. Incrivelmente, isso também se afirma no relatório de certificação da SmartWood que diz que “a maioria desses povoados possuem uma situação precária em habitação e serviços conexos de água, esgoto e coleta de lixo, junto com os baixos níveis de atenção em saúde e educação”. Aparentemente essas plantações não tem trazido aos povoados da área melhorias significativas nem nada parecido com o anunciado pelas empresas e os que estão vinculados a elas na hora de promover as monoculturas florestais. Nem sequer em povoados como Chaguaramas, onde fomos informados que não havia quase pessoas no povoado quando passamos por lá porque a maioria estava trabalhando no viveiro da empresa florestal, foi possível constatar que as pessoas fossem beneficiadas por esses empregos. Em termos gerais, poderia afirmar-se que do ponto de vista social, essas plantações não têm sido socialmente benéficas para as comunidades próximas a elas.

A terra rachada e os contínuos incêndios nas áreas de plantações falam às claras de uma mudança total do ecossistema natural, que onde tem podido sobreviver está longe de ter essas características. O grau de afetação do ecossistema natural e os recursos hídricos da área, apesar de que em muitos casos podem observar-se à simples vista, mereceriam um estudo mais aprofundado. Os poucos estudos que se têm publicado nesse sentido falam em mudanças estruturais importantes no solo e afetação nos recursos hídricos, apesar de que geralmente o que se tem analisado é o grau de afetação que esses fatores tem produzido nos pinus e não no ecossistema natural. Das observações que se puderam realizar à simples vista durante o percurso é possível deduzir que as plantações têm gerado um ambiente propício para que se gerem incêndios que ocasionaram sérios danos ambientais, sociais e econômicos, que os cursos de água que dependem em grande medida dos sistemas naturais têm sido afetados e que muitos dos cursos de água como o rio Morichal Largo estão poluídos e muito provavelmente em decorrência do grande número de agrotóxicos utilizados nas áreas de plantações. Do ponto de vista ambiental a situação merece pelo menos um estudo sério dos impactos existentes até o momento antes de continuar com as plantações em grande escala.

Finalmente, do ponto de vista econômico o projeto de plantações de Uverito tem sido possível não apenas pelos 275 milhões de dólares que foram necessários para estabelecê-las, como o afirmaram representantes do organismo governamental responsável CVG Proforca, mas também porque tem recebido do governo outro tipo de apoios econômicos em infra-estrutura. Entre eles, como afirma o governo, os 800 milhões de dólares já entregues pela construção da ponte e outros tantos milhões prometidos para essa obra e para completar as novas rodovias, que como foi detalhado durante o percurso, beneficiarão quase exclusivamente às multinacionais relacionadas com as plantações. Não temos podido averiguar exatamente quanto tem recebido o Estado venezuelano da multinacional TDV, mas sabemos que a negociação tem sido denunciada por fraudulenta e que a razão social da empresa TDV, certificada pela SmartWood, tem sido substituída pela multinacional Masisa. Em resumo, as plantações e os

empreendimentos industriais relacionados com elas não teriam sido possíveis se o Estado venezuelano não tivesse contribuído com muito mais do que aparentemente tem recebido e receberá em troca”.

Apesar de que, como indica o relatório, durante muitos anos temos escutado dizer, tanto a representantes do governo, de empresas, acadêmicos/as e até representantes de ONG venezuelanas que “as plantações de Uverito” não têm causado nunca qualquer problema e que além disso se instalaram em lugares onde antes não havia “nada”, esse relatório faz surgir dúvidas sobre essas afirmações e coloca em debate a análise levada a cabo pela SmartWood sobre a sustentabilidade ecológica, econômica e social dessas plantações.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrn@wrn.org.uy
<http://www.wrn.org.uy>

